

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL SOB A ÓTICA DA EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA ÁREA

relato de pesquisa

Aline Elis Arboit*
Leilah Santiago Bufrem**
Nair Yumiko Kobashi***

RESUMO

Estudo da evolução quantitativa dos cursos de graduação na área. Como *corpus* de pesquisa foram considerados os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Gestão e Ciência da Informação, criados entre os anos de 1910 e 2008. Verificou-se que a tendência de crescimento da quantidade dos cursos reflete a importância dada à informação no contexto atual. Entretanto, a diversidade de nomenclaturas e as divergências conceituais no campo teórico evidenciam a fragilidade epistemológica da área, bem como a busca de maior visibilidade profissional perante a sociedade.

Palavras-chave: Institucionalização Científica. Ciência da Informação. Biblioteconomia. Arquivologia. Museologia. Gestão da Informação.

* Universidade Federal do Paraná. Resumo da Biografia Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Paraná.

aarboit@yahoo.com.br

** Professora Titular do Departamento de Ciência e Gestão da Informação vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

santiagobufrem@gmail.com

*** Professora Livre Docente da Escola de Comunicação e Artes vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo.

nairkobashi@gmail.com

I INTRODUÇÃO

A institucionalização da Ciência da Informação (CI), no Brasil, acompanhou os contextos histórico e econômico do país, balizada, também, pelo desenvolvimento cognitivo desse campo científico, em nível internacional. Esta afirmação fundamenta-se na concepção de Saracevic (1996, p. 43) que acredita não existir

[...] uma CI americana, assim como não existem ciência da computação ou ciência cognitiva americanas. A evolução da CI nos vários países ou regiões acompanhou diferentes acontecimentos ou prioridades distintas, mas a

justificativa e os conceitos básicos são os mesmos.

Embora a pesquisa substantiva e sistemática em CI no país tenha tido início nos programas de pós-graduação da área, ligados às escolas de Biblioteconomia, é inegável que o desenvolvimento da CI ocorre também no âmbito da graduação. Este representa o enfoque mais prático de preparação de profissionais para atuação em variados dispositivos de informação, em diferentes contextos, como também de preparação para a pesquisa, por meio da Iniciação científica e elaboração de Trabalhos de conclusão de curso (TCCs).

Nessa perspectiva, este trabalho descreve e analisa o processo de consolidação científica

da CI no Brasil, partindo-se do princípio de que os processos de consolidação de um domínio adquirem características próprias, determinadas pelas condições em que se produzem. O objeto específico aqui abordado é a evolução quantitativa dos cursos de graduação criados na área. Para tanto, considerou-se na construção do *corpus* da pesquisa os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Gestão e Ciência da Informação, criados até 2008, conforme Apêndice A.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Os esforços em prol da construção de uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento científico do país se iniciaram somente nos anos 1950, década em que surgiram as agências de fomento à pesquisa como uma tentativa de acompanhar a tendência dos países desenvolvidos.

A estrutura para a pesquisa brasileira foi construída, segundo Bufrem (1997, p. 60-61), baseada no modelo norte-americano, modelo hegemônico de desenvolvimento pós-Segunda Guerra Mundial, que influenciou e ainda tem domínio nas políticas científicas de países periféricos. Desse modo, conforme a autora, nessa época foram criadas no país instituições de ensino superior de orientação tecnicista, espelhando o modelo vigente nos Estados Unidos. Órgãos estrangeiros, especialmente norte-americanos, exerciam forte influência nas dotações orçamentárias para o ensino e a pesquisa, que teve impactos negativos na conformação do ensino superior no país, comprometendo o ideal de *universitas*, segundo Mota (1985, p. 263 apud BUFREM, 1997, p. 59).

O desenvolvimento científico e cultural no Brasil, deve-se salientar, há muito se caracteriza pela dependência externa. De acordo com Barreto (2009, p. 6), a

[...] história da ciência no Brasil começou somente nas primeiras décadas do século XIX, quando a Família Real portuguesa, com D. João VI, chegou ao Rio de Janeiro, escapando da invasão do exército de Napoleão. Até então, o

Brasil não era muito mais do que uma colônia pobre, sem universidades, mídias impressas, bibliotecas, museus.

Ressalta o autor (BARRETO, 2009, p. 9) que a chegada da Família Real portuguesa foi um marco no desenvolvimento do Brasil. Nessa época, houve a abertura dos portos, criados incentivos ao comércio e ao desenvolvimento da indústria manufatureira, a criação do primeiro jornal impresso, além da introdução do ensino leigo e superior. Desde então, mesmo atravessando diversas crises econômicas e políticas, o país vem consolidando sua estrutura científica. Com efeito, as ciências consideradas mais tradicionais, como por exemplo, a Física e a Química, contam hoje com estrutura privilegiada no Brasil. O mesmo pode ser dito em relação às disciplinas da área da Saúde e outros domínios do conhecimento relacionados à produção de bens.

Ao se investigar a história da CI no Brasil, observa-se que o seu desenvolvimento, bem como o de algumas outras áreas, foi tardio, conforme expresso por Andrade e Oliveira (2005, p. 46):

No Brasil, a Ciência da Informação conta com uma infra-estrutura, ainda incipiente, de ensino e pesquisa, uma vez que seu apoio institucional está em fase de implantação. Para o desenvolvimento das atividades científicas, torna-se necessária uma infra-estrutura mínima composta por elementos básicos, a saber: instituições de ensino e pesquisa fortes, bem como apoio às atividades de pesquisa, recursos humanos qualificados e canais de comunicação e intercâmbio científico.

A CI foi introduzida no Brasil com essa denominação como um curso de mestrado, criado em 1970, pelo então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), para dar suporte a esse órgão:

[...] criado para desenvolver as atividades específicas do campo da informação científica e tecnológica e **para manter a comunidade profissional em sintonia com o desenvolvimento internacional da área** (GOMES, 2009, p. 192, grifo nosso).

O desenvolvimento da CI no Brasil se deu principalmente a partir da base acadêmica da

área de Biblioteconomia. A maioria das escolas foi criada na década de 1960, segundo Miranda (2003, p. 85), embora, a escola mais antiga tenha sido a da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), hoje Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), fundada em 1910, junto à Biblioteca Nacional. As primeiras escolas foram influenciadas tanto pela perspectiva francesa quanto pela norte-americana, até 1962, quando foi aprovado o currículo mínimo oficial, pelo Conselho Federal de Educação. Nesse mesmo ano, também foi promulgada a lei que rege a profissão do bibliotecário, a Lei 4.084/62 (MIRANDA, 2003, p. 87).

Para Miranda (2003, p. 87), no Brasil, não houve ruptura radical entre a Biblioteconomia e a CI, tal como ocorreu em muitos países. A perspectiva norte-americana da CI foi introduzida de forma mais acentuada a partir dos cursos de pós-graduação oferecidos pelo então IBBD. Em 1955, o instituto promoveu o “Curso de Pesquisas Bibliográficas em Ciências Médicas e em Ciências Agrícolas”, que depois passou a se chamar “Curso de Documentação Científica” (ANDRADE; OLIVEIRA, 2005, p. 47). Também nesse ano, teve lugar o principal evento nacional da área de Biblioteconomia: o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia (CBBD). Na segunda edição deste evento, em 1959, os membros participantes, buscando ampliar e fortalecer o movimento de consolidação da profissão de bibliotecário por meio da criação de associações profissionais, instituíram a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) (SOUZA, 2006, p. 6).

De acordo com Souza (2006, p. 7-10), por iniciativa do Conselho Federal de Biblioteconomia (criado em 1966), nasceu, em 1967, a Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), um marco importante da institucionalização da educação e da formação profissional de bibliotecários. A ABEBD tinha como preocupações centrais o ensino e a organização das escolas, com foco, portanto, no planejamento educacional, na formação e profissionalização do docente, na infraestrutura de ensino, na gestão de escolas, e assistência ao discente. Mais tarde, em 2001, a ABEBD passou a se chamar Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).

Em 1970, o IBBD passou a se chamar Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criou o Primeiro Curso de Mestrado em CI no Brasil. Posteriormente, as escolas de Biblioteconomia de outras universidades foram criando seus cursos de mestrado na área. Contudo, apesar de ser considerada importante iniciativa esse primeiro curso de pós-graduação era dependente de professores estrangeiros, em face da ausência de massa crítica no país. O primeiro curso de Doutorado foi criado em 1982 pela Universidade de Brasília (UNB) (ANDRADE; OLIVEIRA, 2005, p. 54). Também nesse ano foi implantado um novo currículo nacional de graduação em Biblioteconomia. Houve, com isso, o aumento da carga horária dos cursos, como também a inserção de novos conteúdos na estrutura curricular, com destaque para a temática de automação de serviços de informação.

O crescimento das atividades de pesquisa promoveu a criação de periódicos próprios da área. “Em 1972, foram criados a revista *Ciência da Informação*, sob a responsabilidade do IBICT, e a *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, cujo título foi alterado em 1996 para *Perspectivas em Ciência da Informação*”. (ANDRADE; OLIVEIRA, 2005, p. 52). Os anos de 1970 foram um período de ascensão da pesquisa científica em Biblioteconomia e CI no Brasil. Este período foi marcado pela criação de muitas bibliotecas ligadas a ministérios, empresas estatais, universidades e pelo aumento de cursos de pós-graduação, em uma proporção de cem para mil. Assim, a demanda por mão de obra qualificada para as bibliotecas foi expandida extraordinariamente (MIRANDA, 2003, p. 89).

Com o crescimento quantitativo dos cursos de pós-graduação e da pesquisa na área de Biblioteconomia e CI, em 1989, a comunidade de pesquisadores, em sua maioria docentes vinculados a cursos de pós-graduação, também passou a se congregar em uma associação científica, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB). Periodicamente, ela promove o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), outro evento de considerável importância, que promove a reflexão e a troca de informações acerca da

pesquisa em CI (ANDRADE; OLIVEIRA, 2005, p. 49). No entanto, segundo Barreto (2009) a criação da ANCIB não se deu unicamente pela vontade e afinidade dos membros ativos pertencentes a uma área autônoma de conhecimento, nem a partir de um movimento de agregação para representar e ser a soma de preocupações de pesquisa ou uma associação com interesses comuns partilhados. Para o autor, a ANCIB nasceu também por indução de agências governamentais de fomento, interessadas em integrar a informação nas políticas nacionais de C&T, a fim de seguir o padrão de valorização da informação adotado no exterior.

3 CURSOS DE GRADUAÇÃO DA ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

A Biblioteconomia brasileira e, por extensão, a CI, passaram, segundo Miranda (2003, p. 93) por um período de estagnação em alguns setores, retrocesso em outros, tendo tido progresso pouco significativo na área de pós-graduação e pesquisa, se comparada com áreas mais tradicionais como Educação e Medicina. Apesar de não haver desemprego entre os bibliotecários, a quantidade de candidatos para os cursos de graduação na área também decresceu no período por ele analisado, em razão do *status* incipiente do profissional da área. Em busca de reconhecimento, além da tentativa de minimizar a “crise” que se abate sobre a Biblioteconomia no Brasil, algumas universidades discutem e implantam mudanças na grade curricular e no nome do curso de graduação. Foi o caso, por exemplo, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que em 1998 mudou o nome do curso de Biblioteconomia para Gestão da Informação (GI) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG) de Minas Gerais que criou o curso de bacharelado em Ciências da Informação.

Segundo Marchiori (2002b), principal idealizadora do curso de GI da UFPR, o contexto contemporâneo que embasa as atividades de profissionais da informação, tendo em vista mercados de trabalhos com crescentes níveis de exigência e a necessidade de se solucionarem problemas de informação cada vez mais complexos e dinâmicos, é o principal responsável pela criação do novo curso. A autora define

GI como uma subárea da CI, cujo núcleo está relacionado à gestão integral dos recursos de informação de indivíduos, grupos e organizações, passando pelos processos de criação, seleção e avaliação, gerenciamento, divulgação, utilização, preservação e políticas de direitos (privacidade, direitos autorais e outros) relacionados ao trinômio dado, informação e conhecimento.

O levantamento ora apresentado apresenta dados atuais sobre os cursos de graduação da área, como forma de contribuir para melhor conhecer as formas de institucionalização da CI no país.

Foram considerados neste levantamento todos os cursos relacionados à CI (Biblioteconomia, GI, Arquivologia, e Museologia). Assim, foram levantados dados referentes à evolução dos cursos de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Ciências e Gestão da Informação. Na tabela de áreas do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Biblioteconomia, a Arquivologia e a GI são consideradas subáreas da CI. Já a Museologia é classificada como uma área independente da CI, mas, em relação a outras áreas do conhecimento, é a que tem apresenta maior proximidade. Reconhece-se, para este trabalho que classificação das Áreas do Conhecimento, conforme orientação da Capes:

[...] tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que atuam em ciência e tecnologia uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações. A classificação permite, primordialmente, sistematizar informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente aquelas concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos (CAPES, 2009).

Assim, apresentam-se as grandes áreas, as áreas, as subáreas e as especialidades, em níveis que facilitam a organização das informações sobre o desenvolvimento das ciências e da tecnologia, conforme tabela da Instituição:

1º nível - Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus

objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos.

2º nível - Área: conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas.

3º nível - Subárea: segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados.

4º nível - Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas e subáreas (CAPES, 2009).

Concretamente, para o caso da CI, podem-se observar os níveis em que se organizam as categorias representativas dos conhecimentos instituídos conforme o quadro abaixo baseado na tabela realizada por uma Comissão designada para este fim, um trabalho conjunto do CNPq, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Capes (2009).

QUADRO 1 – Área e subáreas da Ciência da Informação conforme classificação das agências de fomento

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I	
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	
60700009	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
60701005	TEORIA DA INFORMAÇÃO
60701013	TEORIA GERAL DA INFORMAÇÃO
60701021	PROCESSOS DA COMUNICAÇÃO
60701030	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO
60702001	BIBLIOTECONOMIA
60702010	TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO
60702028	MÉTODOS QUANTITATIVOS, BIBLIOMETRIA
60702036	TÉCNICAS DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO
60702044	PROCESSOS DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO
60703008	ARQUIVOLOGIA
60703016	ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS
60800003	MUSEOLOGIA

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2009)

Reconhecidamente, a criação de categorias sempre estará sujeita a questionamentos e modificações, já que sempre será uma forma de representar uma realidade em constante transformação.

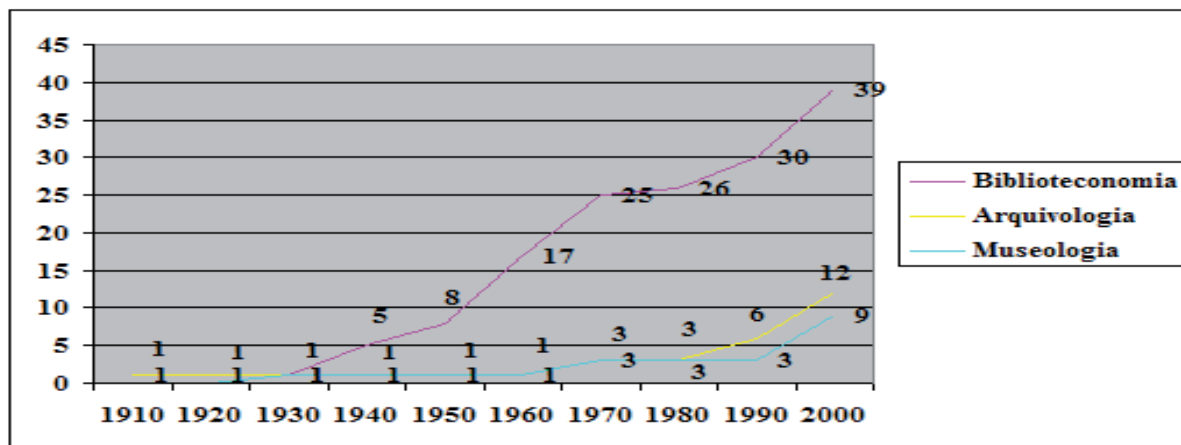
Desse modo, encontram-se na literatura comentários sobre o relacionamento interáreas, como o de Lima e Costa (2007). Segundo os autores, a informação museológica, tanto enfocando elementos, quanto objetos e espaços, é que situa o encontro entre a CI e a Museologia. Ambos se referem às relações interdisciplinares expressando a tipologia e caracterizam os múltiplos modos pelos quais se apresentam os museus. Posto que, é

[...] do processo de identificação descritiva a que são submetidas as coleções tanto sob o aspecto formal como da relação contextual agregando fontes de referência que se originam os catálogos dos acervos museológicos. A Documentação Museológica – Museum Documentation, sistema de recuperação da informação - é o território comum para o processo de interseção dos dois domínios do conhecimento (LIMA; COSTA, 2007).

Partindo-se do entendimento acerca da informação sobre museus e o tratamento a ela dado como competência tanto da CI como da Museologia, adotou-se o ponto de vista dos autores para considerar a Museologia como subárea da CI. No mesmo sentido, em sua reflexão sobre a interdisciplinaridade da CI de Marteleto (2009) comenta que os cursos de graduação mais próximos do campo da CI são Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

A graduação em Biblioteconomia e em Arquivologia existem no Brasil desde 1911. Os primeiros cursos eram de caráter essencialmente técnico, considerando-se a prática como principal fundamento dos currículos acadêmicos. Nestes moldes, foram criados os primeiros cursos brasileiros da área, na Unirio, na época Fefierj, como foi exposto no item anterior. O Gráfico 1 traz a evolução dos cursos de graduação em Biblioteconomia, em Arquivologia e em Museologia, entre as décadas de 1910 e 2000.

GRÁFICO 1 – Evolução do número de cursos de graduação em Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia no Brasil por década (1910-2008)



Fonte: As autoras, com base em dados levantados no Sistema e-MEC do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2009)

Observa-se que até a década de 1960 não houve um crescimento significativo na quantidade de cursos. A década de 1960 e a atual (2000), de acordo com o gráfico, se constituem nos períodos em que há maior ocorrência de criação dos cursos, principalmente os de Biblioteconomia. Verifica-se, principalmente nos últimos anos, contrariando a crença de Miranda (2003) sobre a crise da Biblioteconomia no Brasil, que a área está em crescimento, pois foram criados 12 cursos novos na última década. Esse índice também contraria a reprodução da tendência norte-americana de fechamento de escolas de Biblioteconomia. Ainda que o bibliotecário não tenha a mesma notoriedade alcançada por outras profissões tradicionais, no Brasil, conforme já exposto, é uma profissão regulamentada pela Lei 4.084, de 30 de junho de 1962 (BRASIL, 1962), que dispõe sobre a profissão e regula seu exercício e pela Lei 9.674, de 26 de junho de 1998 (BRASIL, 1998), que dispõe sobre o exercício da profissão. Tal regulamentação confere ao bibliotecário, garantias de acesso ao mercado de trabalho, bem como, fiscalização da atuação profissional e dos empregadores. Além disso, o setor público tem absorvido grande parte dos profissionais formados em Biblioteconomia, haja vista o número elevado de concursos para o cargo que ocorrem todo ano. Mesmo não tendo um *status* científico e profissional privilegiado, a regulamentação da profissão e a demanda pelo profissional no país são motivos pelos quais se pode explicar o aumento da quantidade de cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil,

conforme visto no Gráfico 1. Observamos que somente na década de 1970 é que foram criados outros dois cursos de Biblioteconomia. Em 1980 o número de três cursos se manteve, enquanto que na década de 1990 o número passou para seis, e depois de 2000 passou para 12. Observa-se que, apesar da quantidade ainda reduzida, a cada década, com exceção da de 1960, o número de cursos dobra.

Assim como a Biblioteconomia, a Arquivologia não tem o *status* científico e profissional das ciências tradicionais. A Arquivologia tem ainda menor visibilidade do que a Biblioteconomia, tanto no cenário científico, quanto profissional. A profissão de arquivista está regulamentada pela Lei 6.546, de 4 de julho de 1978 (BRASIL, 1978), que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo. Porém, o campo não conta com a mesma infraestrutura de fiscalização da profissão e de empregadores como a de Bibliotecários. Por outro lado, o papel do arquivista como profissional da informação no contexto contemporâneo, especialmente se considerada a emergência da tecnologia digital em todo seu potencial, exige uma formação voltada para essa nova realidade, com o adequado instrumental de gestão documental e de informações.

Assim como os cursos de Arquivologia, a quantidade de cursos de graduação em Museologia aumentou significativamente na década atual, chegando ao total de nove cursos. Até a década de 1990, entretanto, existiam somente três cursos na área conforme o Gráfico 1.

A incipiência desses cursos no país até a década de 2000 pode ser justificada pela baixa procura do profissional no mercado, decorrente da pouca quantidade de museus e reduzido investimento neste setor no país. Além disso, a regulamentação da profissão de museólogo ocorreu somente na década de 1980 com a promulgação da Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984 (BRASIL, 1984).

Em 2005, entretanto, houve um investimento de cerca de 95 milhões de reais em museus, valor que reflete a expansão da Política Nacional de Museus (PNM), aplicada pelo Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Visando a melhoria da qualidade dos dois mil museus brasileiros – de diversas administrações: federais, estaduais, municipais, privadas, comunitárias, etc. – essa política veio a provocar uma maior integração da sociedade com o setor museológico, desde 2003. O aumento dos recursos investidos pelo Sistema MinC após o lançamento da Política Nacional de Museus em 2003 são demonstrados no quadro abaixo.

Quadro 2 – Evolução do Investimento em Museus do Sistema MinC (2001-2005)

Investimento em Museus - Sistema MinC	
Ano	Total
2001	20.043.812,57
2002	25.478.739,51
2003	43.735.807,77
2004	43.834.784,81
2005	95.420.220,50

Fonte: Siafi, SALIC e Monumenta

Fonte: Amigos dos Museus (2010)

Verifica-se que a própria literatura da área expõe a preocupação com o destino acadêmico, sobretudo da Biblioteconomia, uma vez que há uma concepção gerada pelo senso comum de que esta área está desgastada e destinada à extinção, especialmente devido ao surgimento de novas tecnologias e, com efeito, novos suportes e metodologias para recuperação da informação. Procurando modos de adequação às expectativas do mercado e influenciadas especialmente pela tecnologia, escolas de Biblioteconomia procuram reformar currículos, criar outros cursos e até, em certos casos, mudar o nome do curso para GI ou CI como uma estratégia para sua atualização. A UFPR foi a primeira instituição

de ensino a criar um novo curso, o Curso de GI em 1998, extinguindo gradativamente o curso de Biblioteconomia.

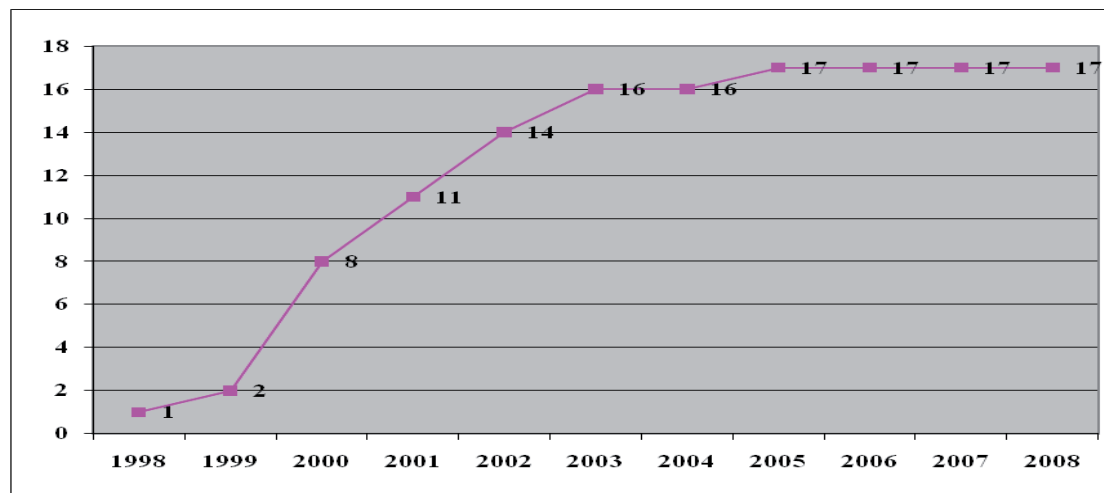
O cenário da Informação é cada vez mais complexo e dinâmico, e os processos relacionados à informação requerem estratégias diferentes das tradicionais para obtenção e utilização de recursos humanos, tecnológicos, financeiros, materiais e físicos para o gerenciamento da informação, tornando esta um insumo para as organizações. Para tanto, como argumenta Marchiori (2002a, p. 75), faz-se necessária a existência de um profissional com formação em GI para atuar

[...] onde há fornecimento e demandas de informação, assim como a necessidade do gerenciamento de recursos de informação (eles mesmos em relação à instituição e/ou indivíduos aos quais vão servir), o monitoramento, a localização, a avaliação, a compilação e a disponibilidade de fontes de informação que, potencialmente, podem suprir a solicitação, e que devem ser descritas, analisadas, compiladas e apresentadas para sua utilização imediata.

Fundamentando-se no exposto é que os cursos de GI na UFPR, de CI na PUC-MG e os outros foram sendo criados. Ademais, segundo Marchiori (2002a), a área de GI é composta por três facetas: da Administração de Empresas, pela qual a nova área visa incrementar a competitividade e os processos de modernização organizacional, dominando o planejamento e o uso estratégico das tecnologias e as especificações de qualidade e segurança da informação; da Tecnologia da Informação (TI), como recurso a ser otimizado via arquiteturas *hardwares*, *softwares* e de redes de comunicação adequadas aos sistemas de informação empresariais; e da CI, que se ocupa do estudo da informação em si, isto é, a teoria e a prática que envolvem os processos de criação, seleção, coleta, representação, recuperação e uso da informação (MARCHIORI, 2002a, p. 74-75).

Com efeito, os novos cursos e habilitações de Gestão e Ciências da Informação foram sendo desenhados envolvendo estas três facetas, alguns dando mais ênfase para o campo da Administração, outros para a TI e outros para a CI. O Gráfico 2 representa a evolução da quantidade destes cursos, entre os anos de 1998 e 2008.

Gráfico 2 – Evolução dos cursos de graduação e habilitações em Ciências e Gestão da Informação no Brasil por ano (1998-2008)



Fonte: As autoras, com base em dados levantados no Sistema e-MEC do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2009)

O Gráfico 2 demonstra que, entre os anos de 1998 e 2002, há um crescimento considerável de novos cursos de graduação e habilitações em Gestão e Ciências da Informação. Porém, de 2003 a 2008, registra-se uma desaceleração, uma vez que neste período, conforme o gráfico, foi criado apenas um curso novo.

De acordo com lista dos cursos recuperada pelo Sistema e-MEC, verifica-se uma divergência de nomenclatura pois, além de constarem cursos de “Gestão da Informação” (1) e “Ciências da Informação” (2), aparecem cursos de “Ciências da Informação e da Documentação” (1), “Ciências da Informação com habilitação em Biblioteconomia” (1), “Análise de Sistemas e Gestão da Informação” (1), “Administração com habilitação em Gestão da Informação” (9) e “Biblioteconomia com habilitação em Gestão da Informação” (1). Com efeito, pode-se deduzir que as nove habilitações em Gestão da Informação são orientadas para a área de Administração, enquanto que seis cursos são orientados para área de CI e curso “Análise de Sistemas e Gestão da Informação” é ligado à TI. Entretanto, somente via análise da grade curricular e das ementas das disciplinas é que se pode concluir a qual eixo temático (Administração, TI ou CI) cada curso está predominantemente relacionado.

Aqui se observa que há uma predominância de 81% de cursos oferecidos por instituições de ensino privadas, enquanto apenas

19% são disponibilizados por universidades públicas. Desse modo, é possível perceber o interesse das instituições particulares em investir nesta nova concepção relacionada ao gerenciamento de informação. Pode-se atribuir esse interesse ao fato de que grande parte das instituições privadas de ensino está sempre atenta aos apelos e demandas de mercado para aumentar as possibilidades de lucro. Em estudo sobre o ensino superior privado, ao analisar o conflito entre lucro, expansão e qualidade, Silva (2008, p. 192) caracteriza as dificuldades fundamentais da institucionalização de um empreendimento privado de ensino superior, bem como “os limites e o papel regulador do Estado no ensino superior brasileiro em função da cristalização histórica de um processo de privatização do Estado pelas classes dominantes”.

Grande parte dos cursos oferecidos pelas instituições privadas é constituída pelos cursos “Administração com habilitação em Gestão da Informação”, podendo-se afirmar que o enfoque dado à GI por estas instituições é o empresarial. Isso reforça o interesse de tais instituições de ensino em, por um lado, atender as demandas do mercado e, por outro, ampliar suas possibilidades de ganho. Todavia, a publicação da Resolução CNE/CES n. 4, de 13 de julho de 2005, normativa de órgãos vinculados ao Ministério da Educação, torna as habilitações em cursos de Administração

extintas. Em razão disso, conforme dados recuperados pelo Sistema e-MEC, depois de 2003, não foram criados mais cursos desta natureza e os já existentes encontram-se em processo de extinção. Quanto aos cursos oferecidos por instituições públicas, tratam-se a maioria de antigas escolas de Biblioteconomia que, com base na percepção voltada para o mercado, optaram pela mudança de nome e grade curricular. Além disso, pode-se dizer que tal mudança foi alimentada em parte pelo desprestígio acadêmico e profissional conferido pelo senso comum à classe bibliotecária e pela baixa estima dos profissionais e suas escolas, critica Mey (2009).

A profissão de “gestor da informação”, no entanto, ainda não é regulamentada no país e tampouco foram encontrados documentos sobre associações e demais entidades de classes representativas da profissão. Talvez em razão do pouco tempo de existência do campo, também não foram encontrados estudos acerca da absorção deste novo profissional pelo mercado de trabalho brasileiro. Deste modo, não há dados conclusivos que permitam afirmar se a demanda pelo profissional gestor da informação se fundamenta em uma necessidade social concreta ou se trata de um modismo construído a partir dos apelos do mercado, que são, em muitos casos, bastante transitórios.

O caso da GI é elucidativo se aplicado à teoria acerca da relação da institucionalização cognitiva e social. Segundo Whitley (1974), especialidades com baixo índice de institucionalização cognitiva tendem a ter baixo índice de institucionalização social e vice-versa. Deste modo, pode-se dizer que a escassez de estudos produzidos acerca das bases teóricas e epistemológicas da GI se reflete na quase inexistência de instituições sociais representativas do campo.

No caso da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia, verifica-se que os índices de institucionalização social, embora ainda incipientes, refletem, inegavelmente, um estágio mais avançado de construção de instituições cognitivas em comparação com o campo da GI.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante às escolas no país, observa-se que a categorização da CI como campo guarda-

chuva de disciplinas como Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e GI ainda não foi acolhida de modo amplo na área. Isso se justifica pelo caráter interdisciplinar que torna flutuantes as fronteiras desta ciência e não raro discutível sua sistematização, especialmente na literatura. Todavia, como algumas escolas brasileiras de CI oferecem em conjunto os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia GI, e outras escolas oferecem cursos de CI, optou-se por incluir todos os cursos desta natureza como objetos com identidades historicamente construídas.

Em relação à evolução dos cursos de graduação em Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, GI e CI, verifica-se que sua tendência de crescimento acompanha o expresso em teoria sobre a importância da informação no contexto atual. Entretanto, diante da quantidade ainda reduzida dos cursos, das suas características, do problema relacionado aos *status* profissional do bibliotecário, arquivista e museólogo e das divergências conceituais que permeiam a criação dos novos cursos de GI e CI, torna-se necessário discutir os impactos destas questões na sustentabilidade da área como um todo.

O referencial teórico que fundamenta a existência dos novos cursos de graduação e habilitações em Gestão e em Ciências da Informação é pouco representativo em virtude da sua constituição e oferta recentes no contexto brasileiro. Pode-se afirmar que as reflexões sobre esses cursos são ainda incipientes, permanecendo as abordagens pragmática, tecnicista e imediatista, tradicionalmente difundidas na área.

Essa incipiência conduz Breda (1998, p. 28) a citar autores brasileiros como Cunha, Leite, Marchiori e Vieira, que chegam a definir a Biblioteconomia como “semiprofissão”. Esta afirmação é justificada com base na pouca procura do curso por candidatos ao vestibular e a consequente ocupação das vagas por candidatos com formação precária. Pondera a autora que o bibliotecário manteve-se voltado com mais ênfase para a prática de organização de estoques documentais do que para a reflexão. Deste modo, costuma adotar posição apolítica em relação às necessidades de consolidar a área de conhecimento da qual atua. Com efeito, o bibliotecário, segundo Breda (1998, p. 26), vive um “conflito profissional diário entre a liberdade entrevista no contacto

privilegiado com os produtos do pensamento humano e o cumprimento de uma rotina funcional amiúde limitante". Além disso, a "neutralidade enraizada em uma prática milenar de 'militaresca' observância institucional espelha a não-emergência da criticidade, assim como o não aflorar do reconhecimento desejável como profissão" (BREDA, 1998, p. 26), ao que se pode acrescentar a questão da feminização da profissão, atrelada à desvalorização da mulher no mercado de trabalho que ainda permanece viva na sociedade (BREDA, 1998, p. 29).

Por outro lado, o fato de a maioria dos cursos que adotaram nova nomenclatura ser

oferecida por instituições de ensino privadas leva a crer que esta nova proposta se volta com mais ênfase para as demandas do mercado. Além disso, a crescente quantidade de cursos de graduação em Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, oferecidas por instituições públicas de ensino é uma resposta à necessidade de profissionais formados nestas áreas para atender em grande parte a demanda de órgãos públicos, uma vez que a maioria das bibliotecas, arquivos e museus é, no país, iniciativa do Estado, embora também instituições privadas componham essa demanda ao criarem centros de documentação e de memória e centros de informação especializada.

THE INSTITUTIONALIZATION OF INFORMATION SCIENCE IN BRAZIL FROM THE PERSPECTIVE OF THE QUANTITATIVE EVOLUTION OF GRADUATE COURSES IN THE AREA

Abstract

The study describes the process of scientific institutionalization of Information Science in Brazil, from quantitative analysis of the development of undergraduate courses in the area. As body of research, it considers the following courses: Librarianship, Archival Science, Museology, Information Science and Management one, created between the years 1910 and 2008. It is noted that the growth trend of the quantity of courses reflects the importance given to information in the current context. However, the diversity of nomenclature and conceptual differences in the theoretical field illustrate the epistemological fragility of the area, as well as the search for greater professional visibility in society.

Keywords:

Scientific institutionalization, Information Science, Librarianship, Archival, Museology, Information Management.

Artigo recebido em 08/02/2011 e aceito para publicação em 24/03/2011

REFERÊNCIAS

AMIGOS DOS MUSEUS. **Investimento em museus bate recorde em 2005** [on-line]. 2006. Disponível em: <<http://amigosdemuseu.blogspot.com/2006/02/investimento-em-museus-bate-recorde-em.html>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

ANDRADE, M. E. A.; OLIVEIRA, M. A ciência da informação no Brasil. In: OLIVEIRA, M. **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 45-60.

BARRETO, A. Olhar sobre os 20 anos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-

graduação em Ciência da Informação (ANCIB). **Persp. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 3-28, jan./dez. 2009.

BRASIL. Lei 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **D.O.U.**, Brasília, 02 jul. 1962. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 18/01/10.

BRASIL. Lei 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arquivista e de técnico de arquivo, e dá outras providências. **D.O.U.**, Brasília, 05 jul. 1978. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6546.htm>. Acesso em: 18/01/2010.

BRASIL. Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. **D.O.U.**, Brasília, 18 dez. de 1984. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7287.htm>. Acesso em: 18/01/ 2010.

BRASIL. Lei 9.674, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de bibliotecário e determina outras providências. **D.O.U.**, Brasília, 26 jun. 1998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19674.htm>. Acesso em: 18 /01/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2005. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em administração, bacharelado, e dá outras providências. **D.O.U.**, Brasília, 19 jul. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: 18/01/ 2010.

BREDA, S. M. **Em busca do manifesto discente:** um estudo no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 1998.

BUFREM, L. S. Ciência da informação e história: o caso do IBICT. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 58-79, jan./abr. 1997.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Tabela de áreas de conhecimento**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>> Acesso em: 20/01/2010.

GOMES, M. Y. F. S. F. Desafios atuais da ciência da informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 190-205, set./dez. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Cadastro das instituições de ensino superior** [on-line]. Brasília. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/busca_curso.stm>. Acesso em: 15 ago. 2009.

LIMA, D. F. C.; COSTA, I. F. R. Ciência da informação e museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos – subsídio à linguagem documentária [on-line]. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DA INFORMAÇÃO – CINFORM, 7. **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00001116/>>. Acesso em: 11/01/2010.

MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, 2002a.

MARCHIORI, P. Z. O curso de Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, 2002b.

MARTELETO, R. M. A pesquisa em ciência da informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p. 19-40, 2009.

MEY, E. S. A. Biblioteconomia envergonhada [on-line]. **Infohome**, set. 2009. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=264>. Acesso em: 05/12/2009.

MIRANDA, A. **Ciência da informação: teoria e metodologia de uma área em expansão**. Brasília: Theasurus, 2003.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SILVA, G. J. C. O ensino superior privado: o conflito entre lucro, expansão e qualidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 1, jan./abr. 2008.

SOUZA, F. C. A criação da ABEBD: expectativas e caminhos adotados. **Biblios**, v. 7, n. 25/26, jul./dez. 2006.

WHITLEY, R. Cognitive and social institutionalization of scientific specialties and research areas. In: _____. (Ed.). **Social processes of scientific development**. London: Routledge and Kegan, 1974. p. 69-95.

Apêndice A – Lista do *Corpus* de Pesquisa

Fonte: Sistema e-MEC em 15/08/2009.

CURSO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	CIDADE	ANO DE CRIAÇÃO
Biblioteconomia	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Rio de Janeiro-RJ	1911
Biblioteconomia e Documentação	Universidade Federal da Bahia - UFBA	Salvador-BA	1942
Biblioteconomia	Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP	Campinas-SP	1945
Biblioteconomia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Porto Alegre-RS	1947
Biblioteconomia e Ciência da Informação	Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação - FaBCI	São Paulo-SP	1948
Biblioteconomia	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Belo Horizonte-MG	1950
Biblioteconomia	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Recife-PE	1950
Biblioteconomia	Universidade Santa Úrsula - USU	Rio de Janeiro-RJ	1957
Biblioteconomia	Universidade Federal do Pará - UFPA	Belém-PA	1963
Biblioteconomia e Documentação	Universidade Federal Fluminense - UFF	Niterói-RJ	1963
Biblioteconomia	Universidade Federal do Ceará - UFC	Fortaleza-CE	1965
Biblioteconomia	Universidade de Brasília - UnB	Brasília-DF	1966
Biblioteconomia	Universidade de São Paulo - USP	São Paulo-SP	1966
Biblioteconomia	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Manaus-AM	1966
Biblioteconomia	Centro Universitário de Formiga - UNIFORMG	Formiga-MG	1968
Biblioteconomia	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	São Luís-MA	1969
Biblioteconomia	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	João Pessoa-PB	1969
Biblioteconomia	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC	Florianópolis-SC	1973
Biblioteconomia	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Florianópolis-SC	1974
Biblioteconomia	Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Rio Grande-RS	1975
Biblioteconomia	Faculdades Integradas Teresa D'Ávila - FATEA	Lorena-SP	1975
Biblioteconomia	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Vitória-ES	1975
Biblioteconomia	Faculdades Integradas Coração de Jesus - FAINC	Santo André-SP	1976
Biblioteconomia	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Marília-SP	1977
Biblioteconomia	Universidade Estadual de Londrina - UEL	Londrina-PR	1977
Biblioteconomia	Universidade Federal de Goiás - UFG	Goiânia-GO	1980

CURSO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	CIDADE	ANO DE CRIAÇÃO
Biblioteconomia e Ciência da Informação	Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	São Carlos-SP	1994
Biblioteconomia	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	Natal-RN	1997
Biblioteconomia	Universidade Federal de Alagoas - UFAL	Maceió-AL	1999
Biblioteconomia	Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	Rondonópolis-MT	1999
Biblioteconomia	Instituto de Ensino Superior da Funlec - IESF	Campo grande-MS	2001
Biblioteconomia com habilitação em Gestão da Informação	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC	Florianópolis-SC	2001
Ciência da Informação com habilitação em Biblioteconomia	Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas	Campinas-SP	2001
Biblioteconomia	Universidade Estadual do Piauí - UESPI	Teresina-PI	2003
Biblioteconomia	Centro Universitário Assunção - UniFAI	São Paulo-SP	2005
Biblioteconomia	Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior - IMAPES	Sorocaba-SP	2005
Biblioteconomia e Documentação	Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	Curitiba-PR	2005
Biblioteconomia	Universidade Federal do Ceará - UFC	Juazeiro do Norte-CE	2006
Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Rio de Janeiro-RJ	2006
Arquivologia	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Rio de Janeiro-RJ	1911
Arquivologia	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Santa Maria-RS	1977
Arquivologia	Universidade Federal Fluminense - UFF	Niterói-RJ	1978
Arquivologia	Universidade de Brasília - UnB	Brasília-DF	1991
Arquivologia	Universidade Estadual de Londrina - UEL	Londrina-PR	1998
Arquivologia	Universidade Federal da Bahia - UFBA	Salvador-BA	1998
Arquivologia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Porto Alegre-RS	2000
Arquivologia	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Vitória-ES	2000
Arquivologia	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Marília-SP	2003
Arquivologia	Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	João pessoa-PB	2006
Arquivologia	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	João pessoa-PB	2008
Arquivologia	Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Rio grande-RS	2008
Museologia	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Rio de Janeiro-RJ	1932

CURSO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	CIDADE	ANO DE CRIAÇÃO
Museologia	Universidade Federal da Bahia - UFBA	Salvador-BA	1970
Museologia com habilitação em Museus de Arte	Universidade Federal da Bahia - UFBA	Salvador-BA	1970
Museologia	Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE	Orleans-SC	2004
Museologia	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	Cachoeira-BA	2006
Museologia	Universidade Federal de Pelotas - UFPel	Pelotas-RS	2006
Museologia	Universidade Federal de Sergipe - UFS	Laranjeiras-SE	2007
Museologia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Porto alegre-RS	2008
Museologia	Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	Ouro preto-MG	2008
Administração com habilitação em Gestão da Informação	Centro de Educação Superior - Única - UNICA	Florianópolis-SC	1998
Gestão da Informação	Universidade Federal do Paraná - UFPR	Curitiba-PR	1999
Ciência da Informação	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Belo Horizonte-MG	2000
Administração com habilitação em Gestão da Informação	Faculdade Michelangelo - Michelangelo	Brasília-DF	2000
Análise de Sistemas e Gestão da Informação	Universidade Cândido Mendes	Rio de Janeiro-RJ	2000
Administração com habilitação em Gestão da Informação	Faculdade Unime de Ciências Sociais - FCS	Lauro de Freitas-BA	2000
Administração com habilitação em Gestão da Informação	Faculdade de Pato Branco - FADEP	Pato Branco-PR	2000
Administração com habilitação em Gestão da Informação	Faculdade Educacional de Arapoti - FATI	Arapoti-PR	2001
Ciência da Informação com habilitação em Biblioteconomia	Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP	Campinas-SP	2001
Biblioteconomia com habilitação em Gestão da Informação	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC	Florianópolis-SC	2001
Administração com habilitação em Gestão da Informação	Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia - Faculdades Cathedral	Barra do Garças-MT	2002
Administração com habilitação em Gestão da Informação	Faculdade Cuiabá - FAUC	Cuiabá-MT	2002
Administração com habilitação em Gestão da Informação	Faculdade de Macapá - FAMA	Macapá-AP	2002
Administração com habilitação em Gestão da Informação	Faculdade da Amazônia Ocidental - FAAO	Rio Branco-AC	2003
Ciência da Informação	Faculdade Juvêncio Terra - FJT	Vitória da Conquista-BA	2005